

Presidente

Secretário

**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAMEGO,
REALIZADA NO DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2011, NO SALÃO NOBRE DO
MUNICÍPIO DE LAMEGO**

PRESENCAS

Presidente da Câmara Municipal, Francisco Manuel Lopes e os senhores vereadores António Pinto Carreira, Agostinho Jorge Paiva Ribeiro, Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira, Jorge Guedes Osório Augusto, Manuel José Carmo Coutinho e Margarida José César Osório Silva Duarte.

AUSÊNCIAS

Não se verificou qualquer ausência.

SECRETARIOU

Assistente Técnica do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Mabilde Rosa Pinto Lopes.

ABERTURA (COD 02)

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião às nove horas e quarenta minutos e deu de imediato início ao período antes da ordem do dia, dando a palavra aos senhores vereadores.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Nos termos do disposto no artigo 86º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Usou da palavra o senhor **Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro** para comentar a notícia publicada no Jornal do Douro, na semana passada, e proferida pelo senhor Presidente da Associação de Voleibol de Viseu, afirmando que o Pavilhão Multiusos de Lamego não está tecnicamente preparado para receber

Presidente

Secretário

jogos internacionais de voleibol, por falta de altura, pelo que solicitou esclarecimentos do senhor Presidente da Câmara sobre este assunto.

Comentou ainda as afirmações proferidas pelo senhor Presidente, aquando da apresentação do Orçamento e Grandes Opções do Plano relativas aos investimentos a levar a efeito no Museu de Lamego, designadamente no que concerne à construção do novo auditório, discordando quando afirma que já existem em Lamego infra-estruturas dessa natureza tais como o Teatro Ribeiro Conceição e o auditório do Museu Diocesano, entre outros. Na sua opinião, tal afirmação denota a profunda ignorância que o senhor Presidente da Câmara possui sobre as funções e actividades que um qualquer Museu deve desenvolver, no quotidiano da sua actuação, sendo impensável e completamente despropositada a ideia de uma utilização permanentemente partilhada com outras entidades. Como é claro e evidente para todas as pessoas que estejam de boa fé, um auditório de um Museu cumpre funções tão específicas e dedicadas que não seria possível ao Museu de Lamego desenvolver as suas acções recorrendo em permanência a auditórios de outras entidades. Em lado nenhum do mundo isso acontece, e mesmo nas grandes cidades onde existem inúmeros auditórios ninguém alguma vez pensou em não incluir um auditório nos museus, pelo facto de haver outros auditórios, de outras entidades. É um perfeito disparate tal afirmação, só possível de proferir por quem tem a evidente intenção, desavergonhada e prepotente, de levantar dúvidas sobre matérias que não têm, sequer, discussão.

Sublinhou ainda, refutando a ideia de entrar em contradição consigo próprio (ideia essa leviana e ostensivamente formulada pelo senhor Presidente da Câmara), que a obra de requalificação do Museu de Lamego não representa nenhum aumento de dívida seja para quem for, e sobretudo não agravará nem afectará a dívida da Câmara Municipal Lamego, pois existem verbas disponíveis no Orçamento de Estado para este tipo de obras que, não sendo direccionadas para Lamego, serão obrigatoriamente aplicadas noutros locais. Ora, esta situação não é a mesma das obras que o senhor Presidente da Câmara se propõe realizar, porque essas sim, irão aumentar a dívida fundada do Município em mais de dois milhões e meio de euros.

Portanto, alegar falsidades para defender o indefensável, e ainda por cima contra um evidente benefício para Lamego, para os lamecenses e para toda a região do

Presidente

Secretário

Douro, sem que as entidades locais e regionais tenham que despende um cêntimo sequer para o efeito, dá-nos bem conta do tipo de político com que estamos a lidar, ao preferir desferir um maledicente ataque a um projecto estruturante para o desenvolvimento turístico da nossa região, requalificando uma infraestrutura museológica que se inscreve no que de melhor e mais expressivo existe a nível nacional, e que, por mero acaso, está localizada no concelho onde exerce as funções de Presidente da Câmara. Não deixa de ser irónica esta constatação. Como falsa é, por deturpação da verdade sem quaisquer escrúpulos ou decore, a afirmação de que Agostinho Ribeiro nada tenha feito durante a governação socialista, sendo o Presidente da Câmara perfeito conhecedor das afirmações públicas, e até mesmo expressas em acta de reunião deste executivo, que proferi a propósito das obras do Museu de Lamego. A falta de seriedade e a deturpação consciente da verdade dos factos, protagonizada pelo senhor Presidente, apenas vem confirmar o desacerto e a irresponsabilidade que demonstra possuir perante assuntos do interesse de todos os lamecenses.

O senhor **Presidente da Câmara**, respondendo ao senhor Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro, disse que, efectivamente, o pavilhão multiusos não tem altura para realizar jogos internacionais de voleibol, uma vez que, para esse efeito, o pavilhão deveria ter um pé direito de pelo menos 12,5m, o que é uma situação absolutamente invulgar.

Para este tipo de eventos a Câmara Municipal tinha previsto o pavilhão que seria construído no Centro de Alto Rendimento de Voleibol no Complexo Desportivo de Lamego, este, sim, que iria permitir a prática de jogos e treinos de alta competição de nível internacional.

O senhor Presidente acrescentou, ainda, que para além deste motivo existem mais duas razões pendentes. Uma de carácter económico, pois tornava-se mais dispendioso o aumento do pé direito do pavilhão, e a outra de carácter técnico que tem a ver com as fundações do pavilhão, pois ia implicar com o Rio Coura, situação não permitida pelo IPPAR e pela ARH.

No que concerne aos investimentos do Museu referidos pelo senhor Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro, os mesmos devem ser o mais possível repartidos em proveito de todos os lamecenses, pois já existem em Lamego infra-estruturas dessa natureza tais como o Teatro Ribeiro Conceição, o auditório do Museu

Presidente

Secretário

Diocesano, o auditório da Paróquia de Almacave, o auditório do Centro Paroquial de Penude, o auditório da Escola de Hotelaria, o auditório do Pavilhão Multiusos, que estará disponível a partir de Janeiro e o auditório do Centro Escolar de Lamego.

O senhor Presidente da Câmara admira-se com o facto de o senhor Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro reivindicar, agora, a construção de novas instalações para a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego, porque não o fez quando havia dinheiro de fundos comunitários, quando foi construído o IPV e a UTAD. Foi para não afrontar o poder da altura?

Também não compreende porque não reivindicou as obras no Museu de Lamego, durante a governação socialista.

Referiu, ainda, que a Câmara Municipal tem colaborado com a Escola Superior, nomeadamente tendo oferecido um projecto para a sua ampliação e alugou um espaço, na antiga EDP, para disponibilizar mais salas de aulas, mesmo em frente ao edifício principal.

A Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego, ESTGL, é um dos parceiros locais mais importantes para o Município e nunca nenhum executivo municipal apoiou e roborizou tanto a escola.

EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO (COD 20)

A senhora **Vereadora Margarida José César Osório Silva Duarte**, no uso da palavra, referiu-se ao grande feito do atleta Vasco Azevedo, do Sporting Clube de Lamego, que venceu a 26ª edição da Maratona Internacional de Lisboa, prova que serve igualmente para atribuir o título de campeão nacional da especialidade.

Referiu, ainda, que durante o próximo ano, Vasco Azevedo deverá colaborar com o Centro Municipal de Marcha e Corrida de Lamego no âmbito do projeto Mega Desportista destinado à divulgação e deteção de novos talentos para o atletismo, aguardando-se que, com a sua presença nas escolas, motive os jovens para a prática desportiva.

A Câmara Municipal congratulou-se por esta vitória deste atleta lamecense pois ao longo do seu percurso desportivo tem demonstrado ser um desportista lutador.

Presidente

Secretário

PARCERIA ENTRE O MUNÍCIPIO DE LAMEGO, O PROGRAMA NACIONAL DE MARCHA E CORRIDA E A FACULDADE DE DESPORTO **(COD 20)**

A senhora Vereadora da Juventude e Desporto deu conhecimento à Câmara Municipal da parceria entre o Município de Lamego, o Programa Nacional de Marcha e Corrida e ainda a Faculdade de Desporto, com vista a elaboração de um estudo de doutoramento.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

APRESENTAÇÃO DE CUMPRIMENTOS DO CHEFE DO CENTRO DE RECRUTAMENTO DE VILA REAL **(COD 24)**

O senhor Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento à Câmara Municipal do teor do ofício emanado do Chefe do Centro de Recrutamento de Vila Real, apresentando os seus cumprimentos e manifestando a sua total disponibilidade para a manutenção e incremento dos laços de cooperação e colaboração julgados pertinentes, no sentido de poder continuar a dignificar o bem nome das instituições que servem.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

LISTAGEM MENSAL DAS DESPESAS AUTORIZADAS EM OUTUBRO **(COD 45)**

O senhor Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento à Câmara Municipal da listagem mensal de despesas autorizadas em Novembro, nos termos do n.º 6 do artigo 39º do Regulamento do Sistema de Controlo Interno.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

VENDA POR NEGOCIAÇÃO DIRETA DE DOIS EDIFÍCIOS DAS ANTIGAS ESCOLAS PRIMÁRIAS DE VALCLARO E DA MATANCINHA **(COD 47)**

O senhor Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento à Câmara Municipal da alienação por negociação directa realizada em 31 de Setembro de 2011, dos seguintes imóveis:

1) Edifício *da Escola da Matancinha*, inscrito na matriz urbana da freguesia de Penude, sob o artigo n.º1828, descrito na C.R.P. sob o n.º 02978/20090508, com a área coberta de 267,65 m2, de 1 pavimento e logradouro com 1451,05 m2, existindo no seu logradouro um edifício anexo, com uma área coberta de 125,60

Presidente

Secretário

m2, pelo valor de 100.000,00 € (cem mil euros), ao Sr. Tiago Daniel Saraiva dos Santos, contribuinte n.º 244 286 051.

2) Edifício *da Escola* da Valclaro, inscrito na matriz urbana da freguesia da Penajóia, sob o artigo n.º1421, descrito na C.R.P. sob o n.º 02382/20080822, de 1 pavimento e logradouro, com uma área total de 1.197,40m2, uma área coberta de 175,40 m2 e descoberta de 1.022,00 m2.pelo valor de 35.000,00 €(trinta e cinco mil euros), ao senhor Hélder Tiago Monteiro da Costa, contribuinte n.º 219 588 023.

Mais informou, que foi apresentada uma proposta no valor de 36.100,00€ (trinta e seis mil, e cem euros), pelo senhor Mário Jorge Varandas Gonçalves, para a aquisição do edifício da antiga escola de Quintela, freguesia de Penude, que não foi aceite pelos membros da Comissão, por ser inferior ao valor mínimo aceitável para a sua venda.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

ORDEM DO DIA

01-ASSUNTO: ACTA DA REUNIÃO DE 29 DE NOVEMBRO DE 2011 (COD 03)

Presente à reunião para deliberação a acta da reunião de Câmara do dia 29 de Novembro de 2011, cuja leitura foi dispensada, por unanimidade, em virtude de o texto ter sido distribuído previamente a todos os membros da Câmara Municipal e o seu conteúdo ter sido aprovado em minuta.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

02-ASSUNTO: ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 6 DE DEZEMBRO DE 2011 (COD 03)

Presente à reunião para deliberação a acta da reunião extraordinária da Câmara realizada no dia 6 de Dezembro de 2011, cuja leitura foi dispensada, por unanimidade, em virtude de o texto ter sido distribuído previamente a todos os membros da Câmara Municipal e o seu conteúdo ter sido aprovado em minuta.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

03-ASSUNTO: PEDIDO DE EXECUÇÃO DE RAMAL DE ÁGUA POR ADMINISTRAÇÃO DIRECTA (COD 01)

Presidente

Secretário

REQUERENTE: PAULO JORGE REBELO GOUVEIA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 631/01/11 do senhor Vereador da Protecção Civil, do Ambiente e Serviços Urbanos referindo que o senhor Paulo Jorge Rebelo Gouveia requereu a execução de ramal de água por administração directa devido à realização de uma obra de construção de uma habitação no Lugar de Cimo de Sande com o alvará de construção n.º 66/2011.

Face ao exposto e tendo em consideração a informação n.º 846/DMSU de 22 de Novembro de 2011, propõe à Exma. Câmara se digne autorizar a execução da obra por administração directa, devendo o requerente respeitar os condicionalismos previstos na referida informação.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

04-ASSUNTO: RECTIFICAÇÃO DE FACTURA DE ÁGUA (COD 01)**REQUERENTE: ANTÓNIO PINTO AVÕES**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 626/01/11 do senhor Vereador da Protecção Civil, do Ambiente e Serviços Urbanos para que, face ao teor da informação n.º 917/DMSU, de 30 de Novembro de 2011, se proceda à rectificação da factura n.º 112625, relativa ao mês de Setembro de 2011, referente à instalação n.º 12126, pela tarifa de fugas prevista no preçário de água anexo ao Regulamento de Distribuição de Água e Drenagem de Águas Residuais, ao abrigo do n.º 5 do artigo 35º daquele Regulamento, passando o valor corrigido a ser de 34,48€.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

05-ASSUNTO: RECTIFICAÇÃO DE FACTURA DE ÁGUA (COD 01)**REQUERENTE: HERCULANO CORREIA CARDOSO**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 627/01/11 do senhor Vereador da Protecção Civil, do Ambiente e Serviços Urbanos para que, face ao teor da informação n.º 915/DMSU, de 30 de Novembro de 2011, se proceda à rectificação das facturas n.º 129940 e n.º 143215, relativas aos meses de Outubro e Novembro de 2011, referente à instalação n.º 1184, pela tarifa de fugas prevista no preçário de água anexo ao Regulamento de Distribuição de Água e Drenagem de Águas Residuais, ao abrigo do n.º 5 do artigo 35º daquele Regulamento, passando os valores corrigidos a serem de 26,77€ e 127,68€.

Presidente

Secretário

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

06-ASSUNTO: REALIZAÇÃO DO DESFILE DO CALOIRO (COD 01)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 628/20/11 do senhor Vereador da Protecção Civil, do Ambiente e Serviços Urbanos para que, no seguimento do pedido da Associação de Estudantes da Escola Superior e Tecnologia de Lamego, seja ratificado o seu despacho, datado de 30 Novembro de 2011, no qual autorizou a realização da “Cagada da porca caloira” no dia 1 de Dezembro, bem como a realização do desfile do caloiro no dia 3 de Dezembro, a partir das 14.30h.

Deliberado: Ratificada por unanimidade.

07-ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA LANÇAMENTO DE FOGO-DE-ARTIFÍCIO E FOGO DE BALONAS NO HOTEL LAMEGO (COD 26)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 629/26/11 do senhor Vereador da Protecção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos para que, nos termos do n.º 2 do artigo 29º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, seja autorizado o lançamento de fogo-de-artifício e fogo de balonas, no dia 31 de Dezembro de 2011, das 00.00h às 00.15h, para as Festividades de Passagem de Ano”, a realizar no Hotel Lamego, na Freguesia de Almacave, desde que não sejam lançados balões com mecha acesa ou qualquer tipo de foguetes.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

08-ASSUNTO: MINUTA DE PROTOCOLO A CELEBRAR COM A UNIVERSIDADE SÉNIOR JERÓNIMO CARDOSO (COD 62)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 630/52-A/11 do senhor Vereadora da Juventude e Desporto para que seja aprovada a minuta de protocolo de cooperação a celebrar entre o Município de Lamego e a Universidade Sénior Jerónimo Cardoso de Lamego, visando proporcionar experiências interactivas aos seus alunos com a utilização do espaço Lamego Digital, na introdução à informática, sistema operativo Windows, uso da Internet, correio electrónico, bem como processamento de texto.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

Presidente

Secretário

APÓS A ORDEM DO DIA

Reconhecida a urgência da deliberação imediata dos seguintes assuntos, a Câmara Municipal, no uso da prerrogativa conferida pelo artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, deliberou, por unanimidade, apreciá-los.

09-ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DE UM ARMAZÉM AGRÍCOLA (COD 42)**REQUERENTE:** LÚCIO FERNANDES DA SILVA E OUTROS**LOCAL DA OBRA:** QUINTA DOS CHÃOS – VILA NOVA DE SOUTO DEL REI

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 632/42/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal a qual refere que, face ao teor da informação n.º 3242/DUDE de 17 de Agosto de 2011, e dado que o requerente não solicitou a emissão do alvará de licença de obras no prazo de um ano após a notificação, o acto de licenciamento caducou nos termos do n.º 2 do artigo 71º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, sendo a caducidade declarada pela Câmara Municipal com audiência prévia do interessado, pelo que propõe à Exma. Câmara Municipal a audiência prévia nos termos do n.º 5 do citado artigo.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

10-ASSUNTO: ALTERAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DA CAVE DE UMA HABITAÇÃO PARA PEQUENA INDUSTRIA (COD 42)**REQUERENTE:** MANUEL RAMOS SANTOS**LOCAL DA OBRA:** QUINTA DA TAPADA – VILA NOVA DE SOUTO DEL REI

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 633/42/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal a qual refere que, face ao auto de vistoria n.º 58, de 8 de Novembro de 2010, e para os efeitos previstos no artigo 89º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, seja homologado o auto de vistoria, referenciado em epígrafe e que se proceda de acordo com o proposto no capítulo V – conclusão, do citado auto de vistoria.

Presidente

Secretário

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

11-ASSUNTO: PEDIDO DE RECONHECIMENTO PELA CÂMARA MUNICIPAL, DE INTERESSE MUNICIPAL NA INSTALAÇÃO DE UM EDIFÍCIO DESTINADO À RECOLHA E REPARAÇÃO DE VEÍCULOS ACIDENTADOS (**COD 42**)

REQUERENTE: AUTO MÁXIMO - MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE VEÍCULOS ACIDENTADOS

LOCAL DA OBRA: ALTO DE ROSSAS – FERREIRIM

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 634/42/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal a qual refere que, com base na informação n.º 2680, de 29.06.2011, no parecer do Chefe da DUDE, de 06.07.2011, e na sequência da proposta de deliberação n.º 499/42/2011, de 28.09.2011, a Câmara Municipal deliberou, em reunião realizada a 04.10.2011, indeferir o pedido referenciado em epígrafe.

Todavia, e uma vez que nos termos do disposto no n.º 1 do art. 100.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), “(...) *os interessados têm o direito a ser ouvidos no procedimento antes de ser tomada a decisão final, devendo ser informados, nomeadamente, sobre o sentido provável desta.*”, sendo interessados, não só mas também, todos aqueles a quem a decisão prejudica ou desfavorece – como acontece *in casu* – tal deliberação camarária só pode ter consubstanciado o projecto de decisão desse Órgão vir a indeferir a pretensão da requerente, pelo que através do ofício n.º 3541/11, de 24.10.2011, deverá considerar-se ter sido notificado tal projecto de decisão, sendo a exposição/requerimento apresentado pela requerente a 07.11.2011, a sua pronúncia relativamente ao mesmo, em sede de audiência escrita, a que se refere o art. 101.º do CPA.

No que concerne à argumentação utilizada pela requerente na exposição/requerimento referido no parágrafo anterior, pronunciou-se a Técnica gestora do procedimento, através da informação n.º 4332, de 10.11.2011, no âmbito da qual concluiu que, “*Os pontos expostos pelo requerente, já foram objecto de uma apreciação técnica na informação n.º 2680 de 29/06/2011 (transcritos anteriormente) e com base nas mesmas foi deliberado por unanimidade o indeferimento do pedido de interesse municipal, logo deverá o mesmo manter-se.*”.

Presidente

Secretário

Face ao exposto, propõe que a Exma. Câmara delibere, a título de decisão final, se considera, ou não, o edifício destinado à recolha e reparação de veículos acidentados, um equipamento de interesse municipal, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 38.º do RPDM.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, não considerar o edifício destinado à recolha e reparação de veículos acidentados um equipamento de interesse municipal, mantendo, assim, a sua posição tomada na reunião realizada em 4 de Outubro do corrente ano, de indeferimento da pretensão formulada pela requerente.

12-ASSUNTO: RECONSTRUÇÃO DO SOLAR DA PORTA DOS FIGOS PARA INSTALAÇÃO DO CENTRO DE ARTES E OFÍCIOS TRADICIONAIS – CENTRO DE ACOLHIMENTO DE ARTISTAS (COD 41)

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 635/41/11 do senhor Vereador das Obras Municipais e Desenvolvimento Económico para que, nos termos do art.º 29, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, conjugado com o art.º 36, do n.º 1 do CCP, seja ratificado o seu despacho datado de 29 de Novembro de 2011, no qual autorizou o adiamento do prazo para a apresentação de propostas da empreitada em epigrafe para o dia 16 de Dezembro de 2011, em virtude do concurso se encontrar suspenso até verificação dos mapas, dos erros e omissões, apresentados por alguns potenciais concorrentes, conforme acta n.º 2 do Júri do concurso.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

13-ASSUNTO: RECONSTRUÇÃO DO SOLAR DA PORTA DOS FIGOS PARA INSTALAÇÃO DO CENTRO DE ARTES E OFÍCIOS TRADICIONAIS – CENTRO DE ACOLHIMENTO DE ARTISTAS (COD 41)

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 636/41/11 do senhor Presidente da Câmara Municipal para que, nos termos do art.º 29, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, conjugado com o art.º 36, do n.º 1 do CCP, seja ratificado o seu despacho datado de 6 de Dezembro de 2011, no qual aprovou o novo mapa de quantidades da empreitada em apreço, mapa que foi efectuado após revisão das

Presidente

Secretário

medições feitas pelos projectistas, mantendo-se o preço pelo qual o Município se propunha executar a obra, conforme informação n.º 387/DOM, de 6 de Dezembro.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

14-ASSUNTO: FESTAS EM HONRA DE NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS – A ROMARIA DE PORTUGAL (COD 26)

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 637/26/11 do senhor Presidente da Câmara Municipal que refere que, as Festas em Honra de Nossa Senhora dos Remédios constituem a maior manifestação festiva da cidade e do concelho e uma das mais importantes do país. Nas últimas décadas as festas dos remédios pouco mudaram, não acompanhando as mudanças sociológicas, sociais, económicas e demográficas que se operaram na região e no país. Se as festas pouco mudaram, com excepção da sua municipalização e progressivo afastamento das instituições e da economia local, foram de facto gigantescas as mudanças do contexto envolvente. Assim, torna-se urgente repensar as festas com o objectivo de lhe devolver a relevância que a história e tradição lhe permitem voltar a ter. Mas essa não é uma responsabilidade da Câmara Municipal. É, antes, uma responsabilidade de todas as instituições do concelho e de todos os Lamecenses em especial.

Pretende-se, assim, promover um amplo debate e profunda reflexão em torno das festas, que possa resultar num "Livro Branco das Festas de Nossa Senhora dos Remédios", propondo as alterações a introduzir no modelo, a duração, o financiamento, a organização e o novo programa das festas, com vista à sua modernização, bem como um calendário de implementação progressiva, a realizar desejavelmente nas próximas 3 edições.

Para dinamizar este debate propõe-se a criação de um grupo de trabalho constituído por 4 elementos designados pela Câmara Municipal, 4 designados pela Assembleia Municipal e 2 indicados pela Diocese de Lamego.

Não competirá ao grupo de trabalho fazer a reflexão que se exige sobre as festas, mas somente dinamizar essa discussão e reflexão. As reuniões do grupo de trabalho serão públicas e abertas à participação de todos. Todos os membros do grupo, membros da Câmara e da Assembleia têm a obrigação de participar, de convidar e motivar todos os Lamecenses a participar neste importante debate e no desenvolvimento do novo modelo de festas.

Presidente

Secretário

Todos os passos dados serão tornados públicos, para aferir a sensibilidade com que a população os recebe e conduzir a um trabalho que mereça amplo consenso. Mais propõe, que o processo seja remetido à Assembleia Municipal nos termos da alínea c) do n.º2 do artigo 64º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara designando os seguintes elementos para constituir do grupo de trabalho: Jorge Guedes Osório Augusto; José Correia da Silva; António Manuel Costa Roçado e António Humberto do Carmo Ribeiro.

15-ASSUNTO: ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO (COD 43)

O senhor Presidente da Câmara Municipal, tendo em conta a necessidade de reforço de certas classificações, deu conhecimento ao executivo da 12ª alteração ao Orçamento da Despesa, no montante de 209.130,00€, reforçando-se as despesas com o pessoal, as despesas com a aquisição de bens e serviços, mais especificamente com limpeza e higiene, bem como as transferências para associações.

Deu, ainda conhecimento da 12ª alteração do Plano de Actividades reforçado em 17.200,00€ e anulado em 63.580,00€ e da 12ª alteração ao Plano de Investimentos, anulado em 90.800,00€ e reforçado em 66.800,00€.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

16-ASSUNTO: RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA (COD 55-A)

O senhor Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento ao executivo do resumo diário de tesouraria, datado de 12 de Dezembro de 2011.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

17-ASSUNTO: MINUTA (COD 03)

Proposta do senhor Presidente da Câmara Municipal para aprovação em minuta dos assuntos deliberados na presente reunião.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

18-ASSUNTO: TERMO (COD 60)

Presidente

Secretário

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião às dez horas e cinquenta minutos, da qual foi lavrada esta acta que vai ser assinada por si e pela Assistente Técnica do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Mabilde Rosa Pinto Lopes.

O Presidente,

A Secretária